



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015 (Do Sr. FABRÍCIO OLIVEIRA)

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para que os estabelecimentos financeiros sejam obrigados a oferecer a seus clientes uma senha alternativa de segurança - chamada “senha do pânico” - para ser utilizada em caso de sequestro relâmpago ou outro tipo de delito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a fim de obrigar os estabelecimentos financeiros a oferecerem uma senha alternativa de segurança - “senha do pânico” - a seus clientes para ser utilizada em caso de sequestro relâmpago ou outro tipo de delito.

Art. 2º Fica criado o art. 2º-A na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, com a seguinte redação:

“art. 2º-A Os estabelecimentos financeiros devem oferecer senha alternativa de segurança, a chamada “senha do pânico”, para que seus clientes a utilizem em caso de estarem sendo vítimas de extorsão ou outro tipo de delito.

§1º. A senha a que se refere o *caput* deve permitir a realização de operações financeiras, mas, ao mesmo tempo, alertar o estabelecimento financeiro que seu cliente está sendo vítima de um delito.



§2º Utilizada a senha alternativa de segurança, o estabelecimento financeiro deve tomar todas as medidas necessárias para salvaguardar a integridade física do cliente, comunicando imediatamente a autoridade policial competente.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei pretende alterar a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a fim de obrigar os estabelecimentos financeiros a oferecerem uma senha alternativa de segurança - “senha do pânico” - a seus clientes para ser utilizada em caso de sequestro relâmpago – extorsão - ou outro tipo de delito.

Os meios de comunicação noticiam diariamente o aumento da criminalidade no país. Nesse contexto, não são raros os exemplos de delinquentes que sequestram pessoas e, sob forte ameaça, as levam até estabelecimentos financeiros para saques de dinheiro em caixas eletrônicos.

Essa ação enquadra-se no Código Penal brasileiro como delito de extorsão – art. 158, §3º -, mas é popularmente conhecida como “sequestro relâmpago”. A fim de coibir essa atividade criminosa e proteger a população, esta proposição legislativa pretende alterar a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a qual dispõe, entre outros assuntos, sobre a segurança dos estabelecimentos financeiros.

Seria muito mais seguro aos usuários do sistema bancário que a instituição financeira oferecesse uma senha alternativa – a chamada “senha do pânico” – para ser utilizada em situações de perigo. Essa senha funcionaria da seguinte maneira: ao ser levada a um caixa eletrônico por um delinquente, a vítima digitaria a senha alternativa de segurança e realizaria a operação financeira normalmente – transferência, saque etc. -; no entanto, essa “senha do pânico” alertaria a instituição financeira que, naquele caso, o cliente sofre algum tipo de extorsão ou ameaça (caput e §1º do art. 2-A).



Nessa situação, o estabelecimento financeiro teria a obrigação de tomar providências necessárias para salvaguardar a integridade física do cliente, além de comunicar o ocorrido imediatamente à autoridade policial competente para adoção das medidas cabíveis (§2º do art. 2-A).

Assim, este Deputado, com base nos fundamentos acima transcritos, pede aos ilustres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de outubro de 2015.

Deputado **FABRÍCIO OLIVEIRA**
PSB-SC